

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

Aos 21 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte – 10h

Audição dos subscritores da Petição n.º 207/XIV/2.^a (Sara Isabel Almeida Pereira e outros, num total de 4064 assinaturas) - «Prorrogação e alargamento dos apoios sociais no desemprego».

Deputado relator: José Moura Soeiro (BE)

II Parte – 11h

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 75, de 14 de abril de 2021;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2021)102 - «COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais»;**
Deputada relatora: Clara Marques Mendes (PSD);
4. **Outros assuntos.**

I Parte – 10h

Audição dos subscritores da Petição n.º 207/XIV/2.^a (Sara Isabel Almeida Pereira e outros, num total de 4064 assinaturas) - «Prorrogação e alargamento dos apoios sociais no desemprego».

Deputado relator: José Moura Soeiro (BE)

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque (PSD), cumprimentou e deu as boas-vindas à primeira subscritora da petição em epígrafe, Sara Isabel Almeida Pereira, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho, que a republicou, e ainda da Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro (Lei do Exercício do Direito de Petição). Depois de a cumprimentar e de descrever a metodologia adotada para aquela audição, o Senhor Presidente propôs-se ouvi-la, em nome da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS) e em formato de videoconferência, sobre os motivos que fundamentaram a apresentação da petição.

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

Após a intervenção inicial da primeira peticionária, usaram da palavra na ronda única as Senhoras Deputadas Maria Joaquina Matos (PS), Helga Correia (PSD) e Diana Ferreira (PCP), assim como o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), este último igualmente na qualidade de relator da petição, respondendo a primeira peticionária de forma conjunta e sucessiva às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Depois de o Senhor Presidente dar por concluída a audição, agradecendo a participação da peticionária Sara Isabel Almeida Pereira, a reunião foi interrompida por breves momentos, antes de se retomar a apreciação da Ordem de Trabalhos, nos seguintes termos:

II Parte – 11h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 75, de 14 de abril de 2021;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O Senhor Presidente deu conta que havia baixado a todas as Comissões Parlamentares Permanentes a Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.^a (GOV) - «Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025», tendo já sido indicada como relatora pelo seu Grupo Parlamentar a Senhora Deputada Ofélia Ramos (PSD). A este propósito, e tendo em consideração que a Comissão de Orçamento e Finanças (COF), responsável pela elaboração do parecer global sobre a iniciativa, requerera o envio de todos os pareceres setoriais até terça-feira, 27 de abril, o Senhor Presidente sugeriu a concretização de uma reunião exclusivamente para a apreciação e votação do parecer da CTSS nesse mesmo dia, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) solicitado que esta se pudesse iniciar às 13h30, evitando-se assim a sobreposição com outros trabalhos parlamentares. Não se verificou nenhuma oposição ao demandado, ainda que o Senhor

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

Presidente e o Senhor Vice-Presidente, Deputado João Paulo Pedrosa (PS) tivessem indicado que poderiam não ter disponibilidade para o horário propugnado, pelo que nesse caso teria que ser a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), precisamente na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, a assegurar a condução dos trabalhos nessa reunião, tendo a Senhora Deputada confirmado essa possibilidade.

Foi igualmente distribuído o Projeto de Lei n.º 797/XIV/2.^a (CDS-PP) - «Consagra o Direito ao Desligamento, procede à 17.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho», neste caso à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), a quem já cabia elaborar o parecer conjunto dos Projetos de Lei n. 535/XIV/2.^a (PAN) e 790/XIV/2.^a (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues), sobre a mesma matéria. A este respeito, foi também estabelecido de forma consensual a redução do prazo de apreciação pública de 30 para 20 dias, atendendo ao previsível arrastamento da discussão na generalidade desta iniciativa para a sessão plenária de 5 de maio.

3. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2021)102 - «COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais»;**
Deputada relatora: Clara Marques Mendes (PSD);

Considerando que o envio do relatório em epígrafe apenas acontecera naquele mesmo dia, e também que o escrutínio da iniciativa não estava sujeito a um prazo perentório, foi decidido o adiamento da apresentação do documento para a reunião ordinária da semana seguinte.

4. Outros assuntos.

a) No derradeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente começou por comunicar o acordo alcançado no final da primeira parte da reunião desse dia, no sentido de doravante as audições de petionários, a realizar em Comissão no âmbito do artigo 21.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, passarem a ser levadas a cabo em sede do Grupo de Trabalho – Audiências, que para esse efeito passaria a designar-se Grupo de Trabalho – Audiências e Audição de Petionários, com a ampliação do seu âmbito. Acrescentou que comunicaria diretamente essa decisão ao Senhor Coordenador, Deputado Hugo Oliveira (PS), sem prejuízo de o Grupo Parlamentar do PS também o



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

poder fazer. Esclareceu ainda que o agendamento destas audições continuaria a ser acertado com os correspondentes relatores, a quem caberia coordenar os trabalhos em cada uma das reuniões.

b) Em segundo lugar, o Senhor Presidente anunciou que a Comissão recebera, através do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, um pedido de audiência da CPES - Confederação Portuguesa de Economia Social, tendo em vista a apresentação da sua candidatura a membro do Conselho Económico e Social. Desta forma, aludindo à natureza da requerente e às entidades que a integravam, preconizou a consumação da audiência em Comissão e não em sede de Grupo de Trabalho, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares presentes, em especial pelos Senhores e pelas Senhoras Deputadas Helga Correia (PSD), João Paulo Pedrosa (PS), Diana Ferreira (PCP), José Moura Soeiro (BE) e Pedro Morais Soares (CDS-PP). Foi ainda decidido que se tentaria a concessão desta audiência na manhã da quarta-feira seguinte, 28 de abril.

c) De seguida, o Senhor Presidente informou que os Senhores Deputados da 10.^a Comissão haviam sido convidados a participar na audiência da Autoridade para as Condições de Trabalho, a realizar na terça-feira, 11 de maio, pelas 10h30, na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, no seguimento de requerimento do GP do BE, e a propósito da falta de fiscalização da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, relativa ao transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE).

d) Por fim, tomou da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que abordou a já comentada organização pela Comissão de uma iniciativa dedicada ao Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho (LVFT), que já tinha sido divulgado publicamente, apesar de não ter sido formalmente remetido ao Parlamento, em especial à CTSS. Assim, sem prejuízo das agendas dos vários intervenientes, defendeu que seria a altura de também a Assembleia da República promover a sua discussão, aditando que lhe parecia que o Governo pretendia prolongar a sua apreciação em sede de concertação social.

Posto isto, fez igualmente referência às iniciativas que haviam baixado à Comissão na especialidade ou sem votação, apelando a que se pudesse ir promovendo a respetiva

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

apreciação, eventualmente com a constituição de um Grupo de Trabalho para o efeito, em função da matéria, dando o exemplo do Projeto de Lei n.º 704/XIV/2.^a (BE) - «Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador», que baixara para nova apreciação na generalidade a 25 de março.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que anuiu com este alerta relativo às iniciativas, solicitando a distribuição de uma listagem das pendências em Comissão. Por outro lado, e sem prejuízo de a discussão se encontrar em curso em sede de concertação social, concordou igualmente com a promoção pela 10.^a Comissão de uma audição pública sobre o LVFT, lamentando que o Governo não o tivesse remetido institucionalmente ao Parlamento.

Por seu turno, o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) recordou que havia sido fixado um calendário específico para o LVFT, devendo o Governo fazer uma avaliação das propostas recebidas no âmbito da concertação social durante o mês de maio, pelo que perguntou se faria sentido iniciar a discussão antes de esse processo estar concluído.

De novo no uso da palavra, e afirmando não querer colocar em causa os procedimentos e os prazos estabelecidos, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) sugeriu que se pudesse reservar desde já a primeira semana de maio para o efeito, depois de expirado o prazo para a recolha de contributos.

Já a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) considerou oportuno definir todo o programa, no mínimo, com uma quinzena de antecedência, acrescentando também a importância de esclarecer de forma categórica qual a versão do LVFT que seria objeto de pronúncia, já que naquele momento não se sabia se a redação disponível seria a definitiva. Terminou aventando que o Governo poderia ser oficiado a remeter a derradeira versão do Livro, logo que esta se encontrasse consolidada, tendo em vista até a preparação desta iniciativa.



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.ª SL

Também o Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar quer com o agendamento da apreciação do projeto de lei citado pelo GP do BE, quer com a tentativa de realização da audição pública destinada à apresentação do LVFT a partir de 30 de abril.

Em síntese, o Senhor Presidente sublinhou o significado da consumação desta iniciativa, advogando que seria preferível aguardar por uma versão final cristalizada, lembrando o agendamento, a este respeito, de um debate sobre teletrabalho para a reunião plenária de quarta-feira, 5 de maio. Destarte, destacando a importância dos contributos a receber na sequência da apreciação pública destes diplomas e da discussão do LVFT na concertação social, defendeu que o mais adequado seria a concretização na terceira semana de maio, apontando-se assim para terça-feira, 18 de maio. Partindo da natureza tripartida deste processo, colocou à consideração dos Grupos Parlamentares a participação do Governo e dos autores do Livro; das confederações sindicais; e das confederações patronais, e bem assim o início logo no período da manhã, se possível a partir das 11h.


No seguimento de uma interpelação do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) a respeito do formato a utilizar, referindo que se deveria privilegiar o modelo presencial, o Senhor Presidente elucidou que, mau grado o processo de desconfinamento, as regras fixadas se mantinham, podendo ser alteradas pelas Conferências de Líderes agendadas para essa semana e para a seguinte. Ainda assim, vincou que a participação presencial dos membros do Governo estaria sempre assegurada, sem prejuízo de poder ser alargada a outros convidados, em virtude das instruções que viessem a ser dimanadas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:44 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.
Palácio de São Bento, 28 de abril de 2021.

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Marta Freitas (PS)
Nuno Sá (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sílvia Torres (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Isabel Pires (BE)
José Moura Soeiro (BE)
Diana Ferreira (PCP)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Lúcia Araújo Silva (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Martina Jesus (PS)
Carla Madureira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Firmino Marques (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros (PSD)



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 76/XIV/2.^a SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Soares (PS)

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)